



Imprensa em Tempos de Guerra:
a Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial vista através do Correio da Manhã.¹

Aline Andrade PEREIRA²
Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), Volta Redonda, RJ

RESUMO

Este artigo investigará a cobertura da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelo jornal Correio da Manhã. Interessa-nos pensar o papel ativo da imprensa em um regime ditatorial de traços fascistas. O foco é pensar a lógica da cobertura, que buscava justificar os esforços de guerra a partir dos ideais liberais capitaneados pelos Aliados. Pretendemos contribuir para a formulação de uma metodologia de estudos da história do jornalismo onde a perspectiva historicista contribua para o entendimento da lógica da produção de notícias, sem perder de vista as especificidades do campo jornalístico.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo brasileiro nos anos 1940; história do jornalismo brasileiro; jornalismo e Estado Novo.

Considerações iniciais:

Este artigo, ainda em fase exploratória, é uma primeira aproximação sobre a cobertura jornalística da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir de alguns jornais cariocas. Interessa-nos, sobretudo, pensar o papel ativo da imprensa em um regime ditatorial de traços fascistas que utiliza a censura e outras formas de controle. O foco é pensar a lógica da cobertura, que buscava justificar os esforços de guerra a partir dos ideais liberais capitaneados pelos Aliados. Tais ideais se colocavam em oposição àqueles do Estado Novo. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista os impactos da Segunda Guerra no jornalismo brasileiro, dentre os quais estaria inserido o processo de modernização que viria na década seguinte.

A questão que nos motivou foi pensar o papel ativo da imprensa em noticiar uma guerra onde o Brasil lutava ao lado das potências afinadas com os regimes democráticos e liberais, ao mesmo tempo em que internamente vivia-se uma ditadura de traços fascistas. Se por um lado era preciso justificar a presença das tropas brasileiras em solo

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em História Contemporânea, Mestre em Comunicação, Imagem e Informação e Graduada em Jornalismo, todos pela UFF. Professora dos cursos de Comunicação Social e História do Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa). E-mail: alinexpe@yahoo.com.br



européu – e, em última instância, justificar a própria guerra – por outro era preciso fazê-lo de forma sutil, uma vez que todo o material era censurado. Sendo assim, nos interessa pensar: de que forma era feita a defesa da democracia nos jornais cariocas? De forma inversa: como a cobertura Segunda Guerra Mundial contribuiu para o alargamento da censura? Qual o lugar do jornalista dentro dessa engrenagem ainda não suficientemente azeitada pelas malhas da grande empresa?

A hipótese que desenvolveremos é que a imprensa, longe de ser vista no período como um bloco monolítico censurada pelo poder oficial, encontrava mecanismos de burlá-la. Dentre estes, talvez um dos mais eficazes tenha sido a cobertura da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Dentre as alternativas utilizadas para driblar a censura estava “retratar apologeticamente a FEB, pois isto, presumidamente, enfraqueceria o poder político dos setores fascistas dentro do governo” (HEHN, 2006, p. 178).

Pretendemos inserir-nos em uma linha de estudos sobre a História do Jornalismo que advogam por uma metodologia própria - ainda que de cunho interdisciplinar - aonde a perspectiva historicista venha se somar ao entendimento da lógica da produção de notícias e às especificidades do campo jornalístico. Longe de nos coadunarmos com determinismos de qualquer sorte, interessa-nos pensar a produção jornalística em relação às especificidades de determinados espaços sociais e temporais, nos moldes do que propõem Ribeiro e Barbosa (2005 e 2009).

As autoras dizem que a incorporação da Teoria da História aos estudos de jornalismo seria eficaz pela qualidade das perguntas propostas pela História. Durante anos, a tradição de pesquisas em jornalismo foi devedora da Sociologia, preocupada com as ações e práticas dos atores. No entanto, pouco se investigou sobre o *por quê* de determinadas ações e as relações diversas nesta prática. Utilizar a História, portanto, seria compreender as razões, as causas e os *porquês*. Deste modo, a questão não seria recuperar o ocorrido, já que seria impossível, mas interpretar as ações de uma razão social (BARBOSA e RIBEIRO, 2005, p. 3). Nas palavras das autoras: “Pensar socialmente os atos jornalísticos significa, em outras palavras, reconstruir, interpretar, dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal” (*Ibidem*, p. 8).

Os estudos em História do Jornalismo, segundo as autoras, podem ser grupados em 4 vertentes. No primeiro grupo, estariam estudos de história do jornalismo de um ponto de vista estritamente factual, limitando-se a listar o surgimento ou



desaparecimento de periódicos, centrando-se em um número específico. O segundo grupo de estudos se centraria em analisar o conjunto de modificações internas em determinados jornais ou grupos de jornais. A história figuraria, para este grupo, como mero pano de fundo. Para um terceiro grupo de pesquisadores, os jornais aparecem como detentores de ideologias, mas sem analisar as condições históricas de produção destas. Por fim, um quarto grupo de pesquisas pensa o contexto histórico, mas se esquece da dimensão interna dos meios. Em suma: as pesquisas, em geral, enfocam Jornalismo e História em pólos isolados e não compreendendo a dimensão existente entre ambos. A estratégia metodológica proposta por esta pesquisa pretende unir estes dois pólos, compreendendo as práticas jornalísticas nas suas reais dimensões históricas.

Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa mostraram como a maioria dos estudos em História do Jornalismo trabalha com uma idéia de história acontecimental, onde as rupturas são mais enfocadas do que as continuidades e onde a História do Jornalismo não é vista como um processo, mas como singularidade, detendo-se na descrição de veículos específicos ou grupos de veículos. Obliterados pelos ventos da mudança dos anos 50, quando definitivamente o jornalismo brasileiro adentra as sendas da grande empresa – ao mesmo tempo em que o próprio país respira os ares de modernização, capitaneada por Juscelino Kubitschek – são ainda poucos os estudos empreendidos sobre a imprensa deste período, sob o enfoque aqui pretendido. Mais comuns, contudo, são aqueles que se centram na análise do controle da imprensa pelo governo.

Os anos 40 têm sido pouco estudados na História do Jornalismo quando comparados à década seguinte, podendo-se falar até mesmo em uma lacuna³. Isto se deve, em parte, aos processos de modernização gráfico e editorial ocorridos nos anos 50 e que transformarão o jornalismo brasileiro - ofuscando, em certa medida, o período anterior. O modelo que vigorará a partir daí é calcado em um ideário estadunidense, tendo a objetividade e a neutralidade como os pilares de sustentação. Pode-se dizer, portanto, que o discurso sobre as transformações na imprensa dos anos 50 ocasiona um apagamento sobre a história do jornalismo dos anos 40. No máximo, estes são vistos como a década onde as mudanças que eclodiriam no futuro estavam sendo gestadas. São

³ O trabalho coloca-se na continuação dos nossos estudos iniciados no mestrado, quando investigamos o estatuto da crítica teatral dentro do jornalismo a partir da estréia da peça *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues. Esta estréia é tida como o marco fundador do teatro brasileiro moderno e também um momento inaugural da crítica moderna.



mais raros os estudos sobre os anos 40 por eles mesmos, no que se refere a suas características básicas.

Outro viés de análise é pensar no controle imposto à imprensa através do Estado Novo. Os estudos sobre imprensa e Estado Novo se concentram em geral em analisar a censura e a repressão exercida pelo regime através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado pelo Decreto Lei 1915 de 17 de dezembro de 1939 e chefiado por Lourival Fontes, o papel do DIP era de difundir a ideologia estadonovista, além do óbvio controle e censura. Como se não bastasse este controle, algumas empresas passam a ser encampadas pelo governo, formando as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, que contava com os jornais *A noite*, de São Paulo, *A manhã*, do Rio, além da Rádio Nacional, dentre outros (SODRÉ, 1999).

Nosso corpus empírico abrange as notícias referentes ao ano de 1942 publicadas no Correio da Manhã, em particular antes da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. O jornal funcionou de junho de 1901 a junho de 1974. Fundado por Edmundo Bittencourt, passa para as mãos de seu filho, Paulo Bittencourt, em 1929. Ao longo da trajetória, o Correio passou de um jornal combativo, de oposição, direcionado a representantes da pequena burguesia urbana, para uma linha mais elitista e com um caráter mais moderado. Porém, é justamente no final do Estado Novo que o veículo reafirma a imagem de um jornal político de oposição. A entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, onde o primeiro critica abertamente o regime vigente, é tida como um marco do fim do governo Vargas. Como nos mostra Ana Paula Goulart Ribeiro, a linha política do *Correio* era de inspiração liberal, se apresentando como não tendo compromisso com quaisquer partidos e denominada como “ortografia da casa” (2000, p. 65).

Por outro lado, são também escassos os trabalhos que desenvolvem estudos a partir de uma Teoria do Jornalismo. Pontes e Silva (2010) diagnosticaram o problema em um artigo⁴. Os autores justificam que a maioria das pesquisas realizadas utiliza matrizes teóricas e metodológicas oriundas de outros campos sem ajustá-las para pensar a especificidade do campo do jornalismo.

Dessa forma, nosso estudo insere-se em uma linha ainda pouco explorada que visa incorporar a dimensão histórica como ferramenta metodológica para pensar a

⁴ SILVA, Gislene e PONTES, Felipe Simão. “Percurso metodológicos e teóricos da pesquisa em História do Jornalismo nas teses dos programas de Comunicação do Brasil”. *Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, Volume 6, número 1, 2010, pp.179-194.



história do jornalismo nos anos 1940, sem perder de vista a necessidade de coadunar esta perspectiva a uma Teoria do Jornalismo.

Guerra! Guerra!

Com o início da Segunda Guerra Mundial ocasionada com a invasão da Polônia por Hitler, em 1939, Getúlio Vargas afirma que o Brasil se manteria neutro. Até o início da guerra, os dois países com os quais o Brasil mantinha uma relação mais próxima eram justamente aqueles que ficariam em trincheiras opostas: Alemanha (Eixo) e Estados Unidos (Aliados). Como aponta Gerson Moura, a política externa brasileira pode ser caracterizada por uma “equidistância pragmática”, na medida em que o governo brasileiro mantinha seus maiores parceiros – e inimigos entre si – a uma distância segura, sem voltar-se contra nenhum deles.

Com a entrada dos EUA na guerra, em 1941, após o bombardeio à base de *Pearl Harbor*, a pressão para que o Brasil se posicione fica cada vez mais forte. Os EUA prometeram “fornecer armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras e a montar um sistema de defesa da costa brasileira (...), além de conceder ao governo brasileiro um empréstimo para a montagem da Usina Siderúrgica de Volta Redonda” (SILVA: 2009, p. 16). Sendo assim, o Brasil rompe relações com os países do Eixo, iniciando a cooperação com os EUA.

Ao longo do ano de 1942 o Correio da Manhã noticiou exaustivamente, sempre na primeira página, o crescente apoio da população brasileira à causa aliada. Em 09 de janeiro deste ano, na coluna sob o título de “A atitude do Brasil em face da situação internacional” é publicada uma nota com uma mensagem da Congregação da faculdade de Medicina ao presidente da República, onde os estudantes manifestam apoio pela declaração de solidariedade do Brasil aos EUA. Uma semana depois, em 16 de janeiro, ao publicar uma reportagem com as palavras de apoio do subsecretário de Estado norte-americano, parece haver implícita uma ordem ao governo brasileiro para que se manifeste:

mais vale a um povo combater gloriosamente para salvar a sua independência; mais vale a morte na batalha, se necessário for, para salvar a sua liberdade, que agarrar-se aos farrapos do falso ideal de uma neutralidade ilusória, que só poderá resultar em suicídio



Essa “neutralidade ilusória”, apesar de dizer respeito ao governo norte-americano poderia ser facilmente interpretada como um recado ao governo e ao povo brasileiro. E o resultado viria rápido. Em breve, o Correio noticiaria: “Votada a resolução recomendando a rutura (sic) das relações diplomáticas das Repúblicas Americanas ao Eixo”. No mesmo dia, em outra edição do mesmo jornal sai: “Foi pelo voto unânime da Conferência que se decidiu recomendar a rutura (sic) das relações diplomáticas com os países do Eixo”. Era o início do processo que viria eclodir, em agosto, na declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo.

Segue-se, então, a série de bombardeios de navios brasileiros pelas potências do Eixo, todos devidamente divulgados pelo Correio da manhã: “Torpedeado e afundado sem aviso prévio o ‘Buarque’”, anuncia a manchete de 19 de fevereiro de 1942. A embarcação navegava por águas norte-americanas quando foi atacada, deixando apenas um morto, um passageiro português. A matéria continua: “constitui na primeira afronta do Eixo ao hemisfério continental” desde que os países americanos romperam com os países totalitários. Esse era apenas o primeiro de uma série de bombardeios que se sucederão nos meses seguintes.

“Afundamento do ‘Olinda’ por um submarino de bolso” é a manchete do Correio da Manhã de sábado, 21 de fevereiro. A matéria prossegue: “dezessete ou dezoito canhoneiros, afôra (sic) um torpedo, levaram o navio a submergir em poucos minutos”. Na terça-feira, dia 10 de março, menos de um mês depois: “Afundado no Atlântico mais um navio brasileiro”. A notícia continua: “O ‘Arabutan’ foi torpedeado sem aviso prévio”. Em seguida tomamos conhecimento de dois feridos com gravidade e dos prejuízos avaliados em 32 mil contos. Na quinta-feira, 12 de março, a manchete é: “Atacado por um submarino alemão o ‘Cairú’ foi partido no meio pelo torpedo que o atingiu”. Em 16 de abril: “Afundados 3 navios no litoral cearense”. Terça-feira, 05 de maio: “Mais um navio brasileiro posto a pique pelos submarinos do eixo”. Tratava-se do navio Parnaíba. Terça-feira, 26 de maio: “Atacado por um submarino inimigo o sétimo navio brasileiro”.

Na mesma semana, sexta-feira, dia 29 de maio, vem o primeiro revide brasileiro, igualmente noticiado: “Afundado pela aviação brasileira um submarino inimigo” – diz a manchete principal. Em seguida: “Para resguardar a nossa soberania, a liberdade da nossa navegação e a vida das tripulações indefesas”. Mas, os bombardeios não cessariam, muito pelo contrário. Na terça-feira, dia 02 de junho: “torpedeado e afundado mais um navio brasileiro” – dizia a manchete.



Em julho, viriam as manifestações exigindo o revide brasileiro. No sábado, dia 04 de julho a manchete é em tom convocatório: “Pelo Brasil, pela América, pela democracia!”. A notícia traz informações sobre “a grandiosa passeata cívica de hoje contra os países do Eixo”, organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE). No domingo, o jornal fez uma cobertura maciça da manifestação: “Unidos em vibrante demonstração de civismo, os estudantes levaram a efeito, ontem, um desfile em que significaram sua condenação á (sic) política do Eixo”.

Logo, voltam as notícias sobre o bombardeio de navios brasileiros: “Afundado mais um navio brasileiro”. “O ‘Pedrinhas’ foi atingido por um torpedo e bombardeado sem aviso prévio”, diz a manchete de terça-feira, dia 07 de julho.

Notícias de um possível revide por parte dos aliados começam a aparecer. Na sexta, dia 24 de julho, a notícia é a de “Iminente a segunda frente Aliada”. Domingo, dia 26 de julho, a manchete diz: “Brasileiros residentes na França ocupada internados pelos nazistas num campo de concentração”. A matéria fala ainda em “necessidade de uma pronta resposta”, e finaliza dizendo que “caso não seja dada uma solução (...) tomará o governo do Brasil as medidas que lhe forem sugeridas pelas circunstâncias”.

Na quarta-feira, dia 19 de agosto, uma manchete grande, ocupando todo o jornal, de fora a fora: “Contra a brutalidade da agressão nazista”. “A cidade viveu ontem um dia de vibrante exaltação patriótica – Dirigindo a palavra ao povo, o presidente da República pediu-lhe que confiasse na ação do governo – Grande manifestação do Chanceler Oswaldo Aranha – As manifestações nos Estados e a repercussão no Estrangeiro”. Bradam contra os países que embora não tiveram “a ombridade (sic) de nos declarar guerra, praticam contra nós atos de franca beligerância”. “O Eixo teve a primeira resposta a sua felonía”. Na mesma edição, há as notícias de afundamento de novas embarcações brasileiras, desta vez em litoral nordestino.

A matéria conta ainda como a manifestação se deu em caráter espontâneo e abarcou desde ruas do Centro, como a Avenida Rio Branco, mas também bairros distantes do subúrbio. “Queremos a guerra” diz um dos títulos menores, dentro da matéria. “Foi uma eloqüente demonstração do repúdio que a massa devota aos fascistas cujos postulados políticos confundiram a própria pátria com o partido dominador, atraindo para a terra de Dante a antipatia dos povos ciosos de suas regalias democráticas”. A matéria fala ainda de dois jovens carregando uma placa arrancada da Praça Itália.



A multidão se dirigiu até o Palácio Guanabara, onde Getúlio Vargas discursava: “Falou de improviso, pausadamente, como se desejasse que cada uma das suas palavras ficasse gravada naqueles milhares de corações que vibravam de patriotismo e de revolta”. A foto é de Getúlio Vargas sorrindo e acenando para a multidão. Na última página vemos ainda a cobertura da referida passeata, tomando toda a página: “As manifestações patrióticas de ontem contra a brutalidade da agressão nazista”. “Um grande comício á (sic) noite na praça Floriano”. “Nele tomou parte uma multidão calculada em 10.000 pessoas”. Discursaram representantes de diversos grupos da população, como grupos femininos e grupos de operários. Algumas manchetes menores são uma forma de convocatória para a luta: “Estado de Guerra ao nazismo” e “Guerra! Guerra!”, são algumas delas. A foto que acompanha é da multidão diante do Itamaraty.

Na quarta feira, 19 de agosto, o jornal noticia: “Anunciado pelo interventor fluminense o afundamento de um corsário nazista”. No dia seguinte é a vez de dar mais destaque a novas manifestações contra os bombardeios aos navios brasileiros: “Prosseguiram ontem as demonstrações populares de protesto contra os atentados a soberania”. Na sexta-feira, dia 21 de agosto, podemos ler: “A Marinha de Guerra e a Aeronáutica do Brasil, articuladas com a Armada e a Aviação Americanas, protegerão os nossos mares – declara o chefe da nação”. No mesmo dia há uma notícia sobre a manifestação dos marinheiros a Getúlio Vargas e outra intitulada “Vingança!”, incentivando uma atitude mais efetiva por parte do governo.

No sábado, dia 22 de agosto, os sinais de uma efetiva aproximação entre EUA e Brasil ficam mais evidentes: “Roosevelt dirige-se em termos calorosos ao presidente Getúlio Vargas”. Domingo, dia 23 de agosto, vem a tão esperada reação por parte do Brasil: “Reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras Alemanha e Itália”. No mesmo dia, em outra edição: “O Brasil na Guerra”. O Brasil declara guerra então à Alemanha e à Itália e rompe relações diplomáticas e comerciais com o Japão. Até 1944, o Brasil pressionará os EUA para ter uma participação de maior destaque na guerra. Nasce então a FEB, que seria estruturada em 1943, entrando em ação em 1944, assunto que não é nosso foco no momento.

Inventando a notícia

É interessante apontar nas matérias observadas a forma eloqüente com que os jornalistas noticiaram os constantes bombardeios ao Brasil e a crítica, ainda que velada,



à neutralidade brasileira, desde 1939. Isso se dá em função das características do jornalismo de então. Para tanto, cabe retrocedermos historicamente afim de compreendermos de onde vem este modelo de jornalismo.

Em termos globais, pode-se falar que nas últimas décadas do século XIX, particularmente nos EUA e Inglaterra, o jornalismo sofre uma série de mudanças que reformulam toda a sua estrutura. Diversos fatores de cunho econômico, cultural e político influenciaram nessas reformas e no fato destas ocorrerem em particular em território anglo-americano. Em termos econômicos, o advento da publicidade nos EUA e Inglaterra possibilita um maior desenvolvimento nos jornais destes países, contribuindo também para uma maior autonomia e conscientização por parte dos jornalistas. Com a independência econômica, os jornalistas se sentem mais livres para procurar a “verdade dos fatos” (GLASSER & ETTEMA, p. 7). No plano político, o presidente dos EUA começa a se destacar em relação ao Congresso americano, fazendo com que seus discursos sejam transmitidos com mais frequência. Fatores culturais como o aumento da leitura dos jornais a partir de 1880 entre a classe trabalhadora e o advento do telégrafo, que faz com que a linguagem se torne mais ágil, também são importantes. Todas essas mudanças contribuem para o surgimento de convenções narrativas como a do *lead* (ou lide, em uma versão brasileira) e a pirâmide invertida.

Outro ponto determinante foi a independência entre jornalismo e literatura, nos EUA e Inglaterra. Na França, o jornalismo era visto como um estágio inicial para se atingir a carreira de escritor. O jornalismo era considerado um sub-produto das Belas Artes ou uma sub-literatura, tendo uma hierarquia própria entre os seus gêneros de importância - do mais literário para o menos (a crônica, mais importante que o artigo polêmico, este seguido pelo comentário). Nomes como Balzac, Alexandre Dumas e Victor Hugo foram jornalistas durante suas carreiras. Para esse tipo de jornalismo, quanto mais características literárias tivesse uma matéria, mais prestígio teria enquanto texto jornalístico. O estilo das matérias eram reportagens longas e rebuscadas. Ao contrário, nos EUA os escritores não conseguiram impor seus valores ao jornalismo (CHALABY, 1996).

Pode-se dizer que o jornalismo anglo-americano é fruto da “racionalidade utilitária e do realismo do século XIX, que rejeitavam a imaginação, o romantismo e o subjetivo”. A busca pela objetividade, pelo “fato”, pode ser vista também como uma tentativa de elevar o estatuto jornalístico a um patamar que se pautasse por critérios supostamente científicos (CAMBELL, 1991).

Enquanto na imprensa anglo-americana começa a se exigir a separação entre os gêneros opinativo e informativo, na imprensa francesa isso não ocorre. O uso de “normas e valores discursivos, tais como a objetividade e a neutralidade” (Chalaby, 1996, p. 1) por parte dos anglo-americanos; além de práticas discursivas próprias, como a reportagem e a entrevista; e serviços de coleta mais eficientes, se contrapõem aos jornalistas franceses, que primavam por fornecer a sua própria interpretação do evento, sendo um elo entre os leitores e “os fatos”. “Nos jornais franceses, o princípio organizador de muitos artigos era a subjetividade mediatizadora do jornalista.” (*Ibidem*).

Como nos explica Ana Paula Goulart Ribeiro, o jornalismo brasileiro, a partir de 1821 (quando acontece o fim da censura prévia) é ideológico, militante e panfletário. Em suma: uma imprensa de opinião. No final do século XIX, os veículos passam a ser substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa. Citando a autora:

Até a década de 1940, o aspecto opinativo predominou na imprensa carioca. Os jornais eram acima de tudo porta vozes do Estado ou de grupos políticos, que os financiavam em parte ou na totalidade” (2000, p. 36).

O jornalismo anterior aos anos 1950 era “o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica das ideias, das críticas mundanas e da produção literária” (*Ibidem*, p. 27). O estilo do jornalismo de então era calcado em um modelo francês, sem divisão de editorias e com o conhecido “nariz de cera”: “Texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor” (*Ibidem*, p. 27). Com as mudanças dos anos 1950 seria substituído pelo *lead* estadunidense, parágrafo inicial que, ao contrário do francês, deveria conter uma síntese das principais informações da matéria, ou, em outras palavras, responder a quem, fez o quê, quando, como, onde e por quê.

Neste período, considerado como o momento fundador, “o discurso jornalístico passou a se revestir de uma aura de fidelidade aos fatos” (*Ibidem*, p. 9). Depois da guerra o aspecto empresarial passou a prevalecer. Entretanto, nos anos 1940 é possível ainda ver em ação essa espécie de jornalismo romântico, permeado por características literárias, onde a emoção comparece como argumento de convencimento. Podemos ver, por exemplo, o uso de exclamações nas manchetes, como forma de realçar a informação transmitida.



Entretanto, se no plano linguístico os exageros eram permitidos durante este momento, o mesmo não se pode dizer politicamente, já que os jornais se encontravam sob o julgo do Estado Novo. Contudo, pensar o jornalismo dos anos 1940 apenas em termos de censura seria equivocado. Como nos mostra Marialva Barbosa, o Estado Novo é perpassado por ambigüidades também no campo jornalístico, não sendo possível afirmar que toda a imprensa tenha sofrido no referido período. As empresas jornalísticas também lucraram, como atesta a fala do jornalista e correspondente de guerra Joel Silveira, citado pela autora:

Era um alto negócio para os donos de jornais colaborar com a ditadura de Getúlio e não protestar contra a censura e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflito com o governo (*Apud* BARBOSA, 2007, p. 103).

Nas palavras da autora: “As verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder” (*Ibidem*, p. 121). Especificamente, as empresas tinham o dinheiro utilizado para a importação de papel devolvido pelo governo caso fosse demonstrada a utilidade pública dos jornais – evidentemente tal utilidade dependia da veiculação de notícias que estivessem alinhadas aos ideais governistas.

No caso da cobertura de guerra, vale lembrar que, ao contrário de outros países, os jornais brasileiros não podiam credenciar os correspondentes diretamente na instituição militar. A seleção cabia ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Na verdade, o governo não tinha interesse em mandar correspondentes para cobrir a guerra. Como nos mostra Leonardo Guedes Henn, isso não era vantajoso para o governo:

o governo brasileiro não tinha interesse em que a atuação das tropas brasileiras recebesse destaque na imprensa, porque, à medida que o envolvimento do Brasil com a causa aliada se acentuava, diminuam as condições da continuidade de Vargas no poder, visto que o país combatia teoricamente pela democracia contra o fascismo, e o poder executivo nacional, segundo a opinião de muitos, estava associado a este. Por isto, a não publicação de material sobre a FEB poderia ser até mesmo benéfico para o governo (2000, p. 175).



Porém, as pressões dos donos dos jornais eram cada vez mais intensas e parecem ter surtido algum efeito:

porque, a partir do momento em que a guerra estava praticamente decidida para o lado aliado, o jogo de forças políticas no país alterou-se, pendendo para os defensores do liberalismo e, com isso, inviabilizou-se a manutenção do cerceamento total à liberdade de imprensa. Deste modo, as concessões à imprensa eram consequência natural do enfraquecimento do governo e, ao mesmo tempo, uma forma de prolongamento da manutenção do regime através da cessão a algumas reivindicações da oposição (*Ibidem*).

Até mesmo a questão da censura, como se observa, fora burlada em certa medida. A título de exemplo, citamos o que fazia o semanário *Diretrizes*, a partir de um trecho de Henn:

O semanário *Diretrizes* (...) era o meio de comunicação que fazia a oposição mais nítida ao Estado Novo, se é que se pode assim dizer tendo em vista a rigidez da censura. A estratégia utilizada pelo semanário, devido à impossibilidade da crítica direta, era a de se fazer a apologia dos governos democráticos de outros países, principalmente os Estados Unidos⁵.

Mesmo que não se fizesse apologia aos ideais liberais diretamente, representados pelos EUA, o que se observa no caso do *Correio da Manhã* é que, intencionalmente ou não, a cobertura de guerra promovida pelo jornal tendia a condenar as atitudes dos países do Eixo – que bombardeavam os navios brasileiros – e enaltecia o papel de defesa das nações Aliadas.

Considerações finais

Como dito inicialmente, este artigo constitui-se em um estudo exploratório dentro de um trabalho mais amplo que visa focar a cobertura da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir de jornais cariocas. Portanto, as conclusões expostas são ainda provisórias.

Neste artigo, a proposta foi pensar a cobertura do *Correio da Manhã* nos meses anteriores à declaração de guerra e, particularmente, pensando como a linguagem do jornalismo do período, ainda ancorada em características literárias e subjetivas, moverá

⁵ *Idem*, p. 184.



uma campanha a favor da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, desmerecendo atitudes neutras e rompendo a chamada “equidistância pragmática” mantida pelo governo getulista. Essa atitude da imprensa representará, em última análise, numa forma de escapar à censura promovida pelo governo getulista.

Obviamente não se trata de minimizar a repressão promovida pelo governo em relação aos órgãos de notícias, nem muito menos o cerceamento da liberdade, nem tampouco exaltar o papel da imprensa na dissolução do Estado Novo. Mas interessou-nos, sobretudo, demonstrar de que maneira os jornais, em particular o Correio da Manhã, encontraram formas de escapar à vigilância cerrada da ditadura estadonovista. Dentre estas estratégias, uma das mais eficazes foi posicionar-se favoravelmente em relação aos países Aliados, particularmente no caso dos EUA, opondo-se, desta forma, às inclinações fascistas do governo getulista, sem contrariá-lo diretamente.

Interessou-nos apontar o caráter multifacetado do Estado Novo pode ser visto de forma semelhante nas páginas dos jornais. A maneira como a imprensa retratou os bombardeios sofridos pelos navios brasileiros e o modo de intimar o governo a uma forma de ação podem ser vistas como estratégias interessantes no arrefecimento do regime – que evidentemente não determinaram nada isoladamente, mas fizeram parte de uma conjunto de fatores que foram minando o Estado Novo.

Em matérias posteriores será comum a exaltação da posição do Brasil, como podemos ver em de 07 de janeiro de 1943, no Correio da Manhã, quando este noticia que a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, foi vista com bons olhos pela imprensa suíça. Durante todo o ano de 1943, a cobertura deste jornal será em tom de congratulação pela vitória dos Aliados – fato que só viria no ano seguinte – sempre destacando a participação do Brasil nesta.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, M. **História cultural da Imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, M.C. e RIBEIRO, A. P. G. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. Anais eletrônicos da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, UERJ: 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1900-1.pdf>. Acessado em: 01/05/2011.



_____. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. Anais eletrônicos da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, PR: 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0144-2.pdf>. Acessado em: 05/05/2011.

CAMPBELL, R. *60 minutes and the news: a mythology for Middle America*. Urbana e Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991.

CHALABY, J. K. “Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s”. *European Journal of Communication*, vol 11 (3), 1996, p. 303-326.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, B. *História Geral da Civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, Vol 11: Economia e Cultura (1930-1964). 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *História Geral da Civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, Vol 10: Sociedade e Política (1930-1964). 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N.. *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GLASSER, T. L. & ETTEMA, J. S. Jornalismo investigativo e ordem moral. In AVERY, R. K. & EASON, D., eds. *Critical perspectives on media and society*. New York & London: Guilford Press, 1996. Trad. para o português de MTGF de Albuquerque.

HENN, L. G. “Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Força Expedicionária Brasileira”. Revista *História*. Unisinos. Vol 10, nº 2, São Leopoldo, RS: Maio/agosto de 2006.

_____. *A imprensa na guerra: propaganda e/ou notícias?* A participação dos correspondentes junto à força expedicionária brasileira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS: 2000.

MOURA, G. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEREIRA, A. A. *Sobe o pano: a crítica teatral moderna e sua legitimação através de Vestido de Noiva*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Comunicação, Imagem e Informação. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ: 2004.



RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: 2000.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. e GOMES, A. M. C. *Estado novo: Ideologia e poder*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, L. S. **Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):** impactos no cotidiano da capital gaúcha. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre: 2009.

SILVA, G. e PONTES, F. S. “Percurso metodológicos e teóricos da pesquisa em História do Jornalismo nas teses dos programas de Comunicação do Brasil”. *Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, Volume 6, número 1, 2010, pp.179-194.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAVARES, J. N. “Gênese do Império ‘Associado’ de Assis Chateaubriand. In *Revista Comunicação e Sociedade*. São Paulo, Cortez, março de 1982.